

Hugo de Brito Machado

***CURSO DE DIREITO
TRIBUTÁRIO***

*39ª edição,
revista e atualizada*

 **MALHEIROS
EDITORES**

CURSO DE DIREITO TRIBUTÁRIO© **HUGO DE BRITO MACHADO**

1ª ed., 1979; 2ª ed., 1981; 3ª ed., 1985; 4ª ed., 1987; 5ª ed., 1992; 6ª, 7ª ed. (3.000 exs.) e 8ª (3.000 exs.) eds., 1993; 9ª ed. (3.000 exs.), 1994; 10ª ed. (6.000 exs.), 1995; 11ª ed. (10.000 exs.), 1996; 12ª ed. (10.000 exs.), 1997; 13ª (10.000 exs.) e 14ª (10.000 exs.) eds., 1998; 15ª (3.000 exs.) e 16ª (3.000 exs.) eds., 1999; 17ª (5.000 exs.) e 18ª (7.000 exs.) eds., 2000; 19ª ed., 1ª (10.000 exs.) e 2ª (5.000 exs.) tirs., 2001; 20ª (10.000 exs.) e 21ª (10.000 exs.) eds., 2002; 22ª (10.000 exs.) e 23ª (10.000 exs.) eds., 2003; 24ª (10.000 exs.) e 25ª (10.000 exs.) eds., 2004; 26ª ed. (15.000 exs.), 2005; 27ª ed., 1ª (15.000 exs.) e 2ª (2.000 exs.) tirs., 2006; 28ª ed. (17.000 exs.), 2007; 29ª ed. (17.000 exs.), 2008; 30ª ed. (17.000 exs.), 2009; 31ª ed. (17.000 exs.), 2010; 32ª ed. (13.000 exs.), 2011; 33ª ed. (13.000 exs.), 2012; 34ª ed. (13.000 exs.), 2013; 35ª ed. (13.000 exs.), 2014; 36ª ed., 2015; 37ª ed., 2016; 38ª ed., 2017.

Direitos reservados desta edição por
MALHEIROS EDITORES LTDA.
 Rua Paes de Araújo, 29, conjunto 171
 CEP 04531-940 – São Paulo – SP
 Tel.: (11) 3078-7205 – Fax: (11) 3168-5495
 URL: www.malheiroseditores.com.br
 e-mail: malheiroseditores@terra.com.br

Composição: PC Editorial Ltda.

Capa

Criação: Nadia Basso

Arte: PC Editorial Ltda.

Impresso no Brasil

Printed in Brazil

06.2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

M149c Machado, Hugo de Brito.
 Curso de direito tributário / Hugo de Brito Machado. – 39. ed.
 rev. e atual. – São Paulo : Malheiros, 2018.
 560 p. ; 21 cm.

Inclui bibliografia e índice.

ISBN 978-85-392-0421-2

1. Direito tributário - Brasil. I. Título.

CDU 34:336(81)

CDD 343.8104

Índice para catálogo sistemático:

1. Direito tributário : Brasil 34:336(81)

(Bibliotecária responsável: Sabrina Leal Araújo – CRB 10/1507)

SUMÁRIO

<i>Prefácio (da 32ª edição)</i>	5
<i>Apresentação (da 1ª edição)</i>	7

PRIMEIRA PARTE – CONCEITOS FUNDAMENTAIS

CAPÍTULO I – O Estado e o Poder de Tributar

1. O Estado e sua atividade financeira	23
2. O poder de tributar	27
3. Poder e competência	28
4. Atribuição de competência e distribuição de receita	29
5. Os princípios jurídicos da tributação	31
5.1 <i>Legalidade</i>	32
5.2 <i>Anterioridade</i>	35
5.3 <i>Igualdade</i>	38
5.4 <i>Competência</i>	39
5.5 <i>Capacidade contributiva</i>	39
5.6 <i>Vedação do confisco</i>	41
5.7 <i>Liberdade de tráfego</i>	43
5.8 <i>Garantias do contribuinte e tributação extrafiscal</i>	44
6. Tributação e solidariedade social	
6.1 <i>Solidariedade social como princípio constitucional</i>	45
6.2 <i>Solidariedade e legalidade</i>	46
6.3 <i>Solidariedade e capacidade contributiva</i>	47
6.4 <i>Relativização dos princípios</i>	47
6.5 <i>Solidariedade e gasto público</i>	48

CAPÍTULO II – O Direito Tributário

1. Conceito, denominações e finalidade	49
2. Natureza, posição e autonomia	52
3. Direito tributário, direito financeiro e ciência das finanças	54
4. Tributo: conceito e espécies	56
5. Classificação dos tributos	68
6. Função dos tributos	69

7. Tributo oculto ou disfarçado	
7.1 Na Teoria Geral do Direito	70
7.2 No Direito brasileiro	70
7.3 Exemplos de tributos disfarçados ou ocultos no Direito brasileiro	
7.3.1 Valor da outorga	71
7.3.2 Sobrepreço nos monopólios estatais	71
7.3.3 Contraprestação de serviços de uso compulsório ..	72
7.4 Inconstitucionalidade	
7.4.1 Sistema tributário e direitos fundamentais	72
7.4.2 Contrariedade ao sistema	73
8. Regime especial em matéria tributária	
8.1 Conceito e espécies	73
8.2 Regimes especiais e isonomia	74
8.3 Regimes especiais no plano constitucional	74
8.4 Regime especial de fiscalização e sanção política	75

SEGUNDA PARTE – NORMAS GERAIS DE DIREITO TRIBUTÁRIO

CAPÍTULO I – Legislação Tributária

1. Lei e legislação	79
2. Lei ordinária e lei complementar	80
3. Princípio da legalidade	81
4. Medidas provisórias	84
5. Tratados e convenções internacionais	86
6. Decretos e regulamentos	88
7. Normas complementares	89

CAPÍTULO II – Vigência e Aplicação da Legislação Tributária

1. Vigência e aplicação	92
2. Vigência da legislação tributária no espaço	93
3. Vigência da legislação tributária no tempo	94
4. Os princípios da anualidade e da anterioridade	95
5. Aplicação imediata	98
6. Aplicação retroativa	100

CAPÍTULO III – Interpretação e Integração da Legislação Tributária

1. Interpretação e integração	104
2. Métodos de interpretação	106
3. Meios de integração	108
4. Posições apriorísticas e o interesse público	111
5. Institutos, conceitos e formas de direito privado	112

6. Interpretação econômica	114
7. Interpretação literal	115
8. Interpretação benigna	117
9. Fontes da interpretação	118
10. Interpretação e aplicação	119
11. Os princípios jurídicos e a interpretação	120

CAPÍTULO IV – Obrigação Tributária

1. Conceito e espécies	124
2. Natureza jurídica	127
3. Fato gerador	128
3.1 Fato gerador da obrigação principal	129
3.2 Fato gerador da obrigação acessória	130
3.3 Fato gerador e hipótese de incidência	130
3.4 Quando se considera consumado o fato gerador	132
3.5 Norma geral antielisão	133
3.6 Negócios jurídicos condicionais	136
3.7 Insubsistência do fato tributável	136
4. Aspectos ou elementos do fato gerador	
4.1 Aspecto material ou nuclear	137
4.2 Base de cálculo	138
4.3 Alíquota	
4.3.1 Conceito e importância	139
4.3.2 Alíquotas específica e percentual	139
4.3.3 Alíquotas fixas e variáveis	140
4.3.4 Alíquotas progressivas e regressivas	140
4.3.5 Alíquota zero	140
4.4 Diferimento de incidência	141
5. Sujeito ativo	141
6. Sujeito passivo	145
6.1 Convenções particulares	148
6.2 Solidariedade	149
6.2.1 Benefício de ordem	150
6.2.2 Efeitos da solidariedade	151
6.3 Capacidade tributária	151
6.4 Domicílio tributário	153
7. Responsabilidade tributária	154
7.1 Responsabilidade dos sucessores	156
7.2 Fusão, transformação ou incorporação	159
7.3 Continuação da atividade	160
7.4 Responsabilidade de terceiros	162
7.5 Responsabilidade por infrações. Sua exclusão pela denúncia espontânea	166

7.6	<i>Exclusão da responsabilidade pelo desconhecimento da lei</i>	174
-----	---	-----

CAPÍTULO V – Crédito Tributário

1.	Conceito	175
2.	Constituição do crédito tributário	177
2.1	<i>Lançamento. Sua natureza. Legislação aplicável</i>	177
2.2	<i>Critérios jurídicos no lançamento</i>	180
2.3	<i>Modalidades de lançamento</i>	181
2.3.1	<i>Lançamento de ofício</i>	181
2.3.2	<i>Lançamento por declaração</i>	182
2.3.3	<i>Lançamento por homologação</i>	183
2.3.4	<i>A jurisprudência do STJ quanto ao lançamento por homologação</i>	185
2.4	<i>Revisão do lançamento</i>	186
2.5	<i>Depósito judicial e lançamento</i>	187
3.	Suspensão do crédito tributário	188
3.1	<i>Moratória</i>	189
3.2	<i>Depósito</i>	
3.2.1	<i>Ato voluntário e seus efeitos</i>	192
3.2.2	<i>Suspensão da exigibilidade do crédito tributário</i>	193
3.2.3	<i>Suspensão da exigibilidade do dever de pagar antecipadamente</i>	193
3.2.4	<i>Montante integral</i>	194
3.2.5	<i>Depósito e consignação em pagamento</i>	194
3.2.6	<i>Procedimento</i>	195
3.2.7	<i>Decadência e prescrição</i>	195
3.2.8	<i>Levantamento ou conversão em renda</i>	196
3.2.9	<i>Depósito e execução fiscal</i>	197
3.2.10	<i>Onde é feito o depósito</i>	197
3.2.11	<i>Depósito como pagamento provisório</i>	198
3.3	<i>Reclamações e recursos</i>	200
3.4	<i>Medida liminar em mandado de segurança</i>	201
3.5	<i>Medida liminar e antecipação da tutela</i>	202
4.	Extinção do crédito tributário	203
4.1	<i>Pagamento</i>	204
4.2	<i>Pagamento indevido. Restituição</i>	208
4.2.1	<i>Extinção do direito à restituição</i>	212
4.2.2	<i>Anulamento de decisão denegatória de restituição</i>	214
4.3	<i>Compensação</i>	216
4.4	<i>Transação</i>	221
4.5	<i>Remissão</i>	222
4.6	<i>Decadência</i>	223

4.7	<i>Prescrição</i>	226
4.8	<i>Conversão de depósito em renda</i>	227
4.9	<i>Pagamento antecipado e homologação do lançamento</i>	228
4.10	<i>Consignação em pagamento</i>	229
4.11	<i>Decisão administrativa</i>	230
4.12	<i>Decisão judicial</i>	230
4.13	<i>Dação em pagamento</i>	230
5.	<i>Exclusão do crédito tributário</i>	231
5.1	<i>Distinções entre isenção, não incidência e imunidade</i>	232
5.2	<i>Isenção</i>	233
5.3	<i>Classificação das isenções</i>	237
5.4	<i>Aliquota zero</i>	238
5.5	<i>Diferimento de incidência</i>	239
5.6	<i>Anistia</i>	239
6.	<i>Garantias e privilégios do crédito tributário</i>	241
6.1	<i>Presunção de fraude</i>	243
6.2	<i>Concurso de preferências</i>	247
6.3	<i>Créditos extraconcursais</i>	247
6.4	<i>Inventário e arrolamento. Liquidações de pessoas jurídicas</i>	248
6.5	<i>Exigência de quitações</i>	249
6.6	<i>Indisponibilidade de bens e direitos</i>	250

CAPÍTULO VI – Administração Tributária

1.	<i>Fiscalização</i>	252
1.1	<i>Sigilo comercial</i>	253
1.2	<i>Dever de informar e sigilo profissional</i>	257
1.3	<i>Sigilo fiscal</i>	258
1.4	<i>Auxílio da força pública</i>	259
1.5	<i>Excesso de exação</i>	261
1.6	<i>Responsabilidade pessoal do agente público</i>	261
2.	<i>Dívida Ativa</i>	262
3.	<i>Certidões negativas</i>	264
3.1	<i>Certidão negativa e perecimento de direito</i>	265
3.2	<i>Certidão negativa e tributo não vencido</i>	268
3.3	<i>Certidão negativa e consignação em pagamento</i>	269
3.4	<i>Exigência de quitação de tributos e liberdade econômica</i>	269
3.5	<i>Certidões negativas e precatório</i>	270
3.6	<i>Precatórios e compensação</i>	271

TERCEIRA PARTE – SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

CAPÍTULO I – Competência Tributária

1.	<i>Sistema tributário</i>	275
-----------	--	------------

2. Atribuição de competência tributária	276
3. Limitações da competência tributária	278
3.1 O âmbito constitucional	279
3.2 Legalidade	279
3.3 Isonomia	280
3.4 Irretroatividade	283
3.5 Anterioridade	285
3.6 Proibição de confisco	285
3.7 Liberdade de tráfico	287
3.8 Imunidades	287
3.9 Imunidade recíproca	288
3.10 Imunidade dos templos	291
3.11 Imunidades dos partidos políticos, das entidades sindicais e das instituições de educação ou de assistência social, sem fins lucrativos	292
3.12 Imunidade do livro, jornal e periódico	294
3.13 Imunidades dos fonogramas e videofonogramas	296
3.14 Outras limitações	296
4. Competência privativa da União, dos Estados e dos Municípios	298
5. Competência residual	
5.1 Conceito e limites	299
5.2 Competência residual e adicionais	300
5.3 Competência residual e peculiaridades locais	300
6. Competência e tributos vinculados	300

CAPÍTULO II – Impostos

1. Conceito de imposto	302
2. Classificação dos impostos no sistema tributário brasileiro	
2.1 Os critérios de classificação	304
2.2 Competência	304
2.3 Forma de quantificação	304
2.4 Imposto proporcional	304
2.5 Imposto progressivo	305
2.5.1 Formas de progressividade	306

CAPÍTULO III – Impostos Federais

1. Imposto de importação	
1.1 Competência	308
1.2 Função	309
1.3 Fato gerador	309
1.4 Alíquotas	311
1.5 Base de cálculo	312

1.6	<i>Contribuinte</i>	313
1.7	<i>Lançamento</i>	313
1.8	<i>Considerações especiais</i>	314
2.	<i>Imposto de exportação</i>	
2.1	<i>Competência</i>	314
2.2	<i>Função</i>	315
2.3	<i>Fato gerador</i>	315
2.4	<i>Alíquotas</i>	316
2.5	<i>Base de cálculo</i>	317
2.6	<i>Contribuinte</i>	317
2.7	<i>Lançamento</i>	318
2.8	<i>Considerações especiais</i>	318
3.	<i>Imposto sobre renda e proventos de qualquer natureza</i>	
3.1	<i>Competência</i>	319
3.2	<i>Função</i>	319
3.3	<i>Fato gerador</i>	320
3.4	<i>Alíquotas</i>	325
3.5	<i>Base de cálculo</i>	326
	3.5.1 <i>Lucro real</i>	327
	3.5.2 <i>Lucro presumido</i>	328
	3.5.3 <i>Lucro arbitrado</i>	329
	3.5.4 <i>Rendimento</i>	331
3.6	<i>Contribuinte</i>	331
3.7	<i>Lançamento</i>	333
3.8	<i>Considerações especiais</i>	334
4.	<i>Imposto sobre produtos industrializados</i>	
4.1	<i>Competência</i>	335
4.2	<i>Função</i>	335
4.3	<i>Fato gerador</i>	336
4.4	<i>Alíquotas</i>	337
4.5	<i>Base de cálculo</i>	338
4.6	<i>Não cumulatividade</i>	339
4.7	<i>Contribuinte</i>	342
4.8	<i>Lançamento</i>	342
5.	<i>Imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro e sobre operações relativas a títulos e valores mobiliários</i>	
5.1	<i>Competência</i>	343
5.2	<i>Função</i>	344
5.3	<i>Fato gerador</i>	344
5.4	<i>Alíquotas</i>	346
5.5	<i>Base de cálculo</i>	347
5.6	<i>Contribuinte</i>	348
5.7	<i>Lançamento</i>	348

6. Imposto sobre a propriedade territorial rural	
6.1 Competência	348
6.2 Função	349
6.3 Fato gerador	350
6.4 Alíquota	352
6.5 Base de cálculo	352
6.6 Contribuinte	353
6.7 Lançamento	354
6.8 Considerações especiais	354
7. Imposto sobre grandes fortunas	355
8. Impostos extraordinários	
8.1 Competência	356
8.2 Fatos geradores, bases de cálculo e alíquotas	356
8.3 Contribuinte	357
8.4 Lançamento	358
8.5 Supressão gradual	358
9. Impostos da competência residual	
9.1 Praxe antiga	362
9.2 Limitações da competência residual	362
9.3 A nova válvula de escape: as contribuições	363

CAPÍTULO IV – Impostos Estaduais

1. Imposto sobre heranças e doações	
1.1 Competência	365
1.2 Função	366
1.3 Âmbito constitucional e fato gerador	366
1.4 Alíquotas	368
1.5 Base de cálculo	369
1.6 Contribuinte	370
1.7 Lançamento	370
1.8 Implicações no processo de inventário	370
2. Imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e prestações de serviços	
2.1 Competência	371
2.2 Função	372
2.3 Fato gerador	
2.3.1 Fato gerador e âmbito do tributo	373
2.3.2 Operações relativas à circulação	375
2.3.3 Mercadorias	377
2.3.4 Prestações de serviços	380
2.3.5 Bens destinados a consumo ou ativo fixo	381
2.3.6 Bens importados mediante “leasing”	382
2.4 Alíquotas	382

2.5	<i>Base de cálculo</i>	385
2.6	<i>Fornecimento de mercadorias com prestações de serviços</i>	386
2.7	<i>Não cumulatividade</i>	387
2.8	<i>Contribuinte</i>	389
2.9	<i>Substituição tributária</i>	389
2.10	<i>Lançamento</i>	390
2.11	<i>Convênios interestaduais</i>	391
2.12	<i>A lei complementar</i>	391
2.13	<i>As imunidades</i>	392
2.13.1	<i>Os semielaborados</i>	392
2.13.2	<i>Operações interestaduais com petróleo, seus derivados e energia elétrica</i>	393
2.13.3	<i>Ouro como ativo financeiro</i>	393
3.	<i>Imposto sobre a propriedade de veículos automotores</i>	
3.1	<i>Competência</i>	394
3.2	<i>Função</i>	395
3.3	<i>Fato gerador</i>	395
3.4	<i>Alíquota e base de cálculo</i>	396
3.5	<i>Contribuinte</i>	397
3.6	<i>Lançamento</i>	397

CAPÍTULO V – Impostos Municipais

1.	<i>Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana</i>	
1.1	<i>Competência</i>	398
1.2	<i>Função</i>	399
1.3	<i>Fato gerador</i>	400
1.4	<i>Alíquotas</i>	401
1.5	<i>Base de cálculo</i>	404
1.6	<i>Contribuinte</i>	404
1.7	<i>Lançamento</i>	405
2.	<i>Imposto sobre a transmissão “inter vivos” de bens imóveis e direitos a eles relativos</i>	
2.1	<i>Competência</i>	405
2.2	<i>Função</i>	406
2.3	<i>Fato gerador</i>	406
2.4	<i>Alíquotas</i>	408
2.5	<i>Base de cálculo</i>	409
2.6	<i>Contribuinte</i>	409
2.7	<i>Lançamento</i>	410
2.8	<i>Considerações especiais</i>	410
3.	<i>Imposto sobre serviços de qualquer natureza</i>	
3.1	<i>Competência</i>	411

3.2	<i>Função</i>	412
3.3	<i>Fato gerador</i>	412
3.4	<i>Aliquotas</i>	417
3.5	<i>Base de cálculo</i>	417
3.6	<i>Contribuinte</i>	419
3.7	<i>Lançamento</i>	421

CAPÍTULO VI – Contribuições Sociais

1.	<i>Conceito e natureza jurídica</i>	422
2.	<i>Função</i>	423
3.	<i>Espécies</i>	424
3.1	<i>Contribuições de intervenção no domínio econômico</i>	424
3.2	<i>Contribuições de interesse de categorias profissionais ou econômicas</i>	426
3.3	<i>Contribuições de seguridade social</i>	427
3.4	<i>Contribuições sociais gerais</i>	429
4.	<i>Competência</i>	430
5.	<i>Contribuintes</i>	430
6.	<i>Aliquotas e bases de cálculo</i>	432
7.	<i>Lançamento</i>	434
8.	<i>Considerações especiais</i>	434
9.	<i>Contribuição de iluminação pública</i>	435

CAPÍTULO VII – Taxas

1.	<i>Conceito de taxa</i>	437
2.	<i>Fato gerador</i>	438
2.1	<i>Poder de polícia</i>	438
2.2	<i>Serviço público</i>	440
3.	<i>Base de cálculo</i>	442
4.	<i>Competência para instituir e cobrar taxas</i>	443
5.	<i>Distinção entre taxa e preço público</i>	444

CAPÍTULO VIII – Contribuição de Melhoria

1.	<i>Conceito</i>	448
2.	<i>Função</i>	450
3.	<i>Fato gerador</i>	450
4.	<i>Cálculo e limites individual e total</i>	
4.1	<i>O cálculo</i>	452
4.2	<i>Os limites individual e total</i>	453
5.	<i>Requisitos para cobrança</i>	453
6.	<i>Lançamento</i>	453
7.	<i>Distinção entre contribuição de melhoria e taxa</i>	454

8. <i>Desvalorização do imóvel decorrente de obra pública</i>	455
9. <i>Razões para a não instituição</i>	455

QUARTA PARTE – ESTUDOS COMPLEMENTARES

CAPÍTULO I – Noções do Processo Administrativo Tributário

1. <i>Introdução</i>	459
2. <i>Conceito, natureza e espécies</i>	459
3. <i>Determinação e exigência do crédito tributário</i>	
3.1 <i>Considerações gerais</i>	460
3.2 <i>O procedimento e suas fases</i>	461
3.3 <i>A fase não contenciosa</i>	461
3.4 <i>A fase contenciosa</i>	462
3.5 <i>O arrolamento de bens</i>	467
4. <i>A consulta</i>	467
5. <i>Outros processos administrativos tributários</i>	469
6. <i>Contagem dos prazos</i>	469
7. <i>Recurso hierárquico</i>	471

Capítulo II – Processo Judicial Tributário

1. <i>Introdução</i>	473
2. <i>Garantias constitucionais</i>	
2.1 <i>Inafastabilidade do controle judicial</i>	474
2.2 <i>Contraditório e ampla defesa</i>	475
2.3 <i>Direito à jurisdição</i>	476
3. <i>Espécies de processo</i>	477
3.1 <i>Processo de conhecimento</i>	477
3.2 <i>Processo de execução</i>	478
3.3 <i>Processo cautelar</i>	478
4. <i>Ações de iniciativa do Fisco</i>	
4.1 <i>Execução fiscal</i>	478
4.2 <i>Cautelar fiscal</i>	483
4.3 <i>Ação rescisória</i>	483
4.4 <i>Ação anulatória de decisão administrativa favorável ao contribuinte</i>	484
5. <i>Ações de iniciativa do contribuinte</i>	
5.1 <i>Ação anulatória de lançamento tributário</i>	485
5.2 <i>Ação declaratória</i>	485
5.3 <i>Ação de consignação em pagamento</i>	486
5.4 <i>Ação de repetição do indébito</i>	486
5.5 <i>Mandado de segurança</i>	488
5.6 <i>Ação rescisória</i>	490

5.7	<i>Reclamação ao STF</i>	490
6.	<i>Ações de controle de constitucionalidade</i>	
6.1	<i>O controle de constitucionalidade pelo Judiciário</i>	491
6.2	<i>Ação direta de inconstitucionalidade</i>	493
6.3	<i>Ação declaratória de constitucionalidade</i>	494
6.4	<i>Diferença entre as ações de controle de constitucionalidade</i>	495
7.	<i>Ações da coletividade</i>	
7.1	<i>Ação popular</i>	495
7.2	<i>Ação civil pública</i>	496

CAPÍTULO III – **Ilícito Tributário**

1.	<i>Ilícito e sanção</i>	498
2.	<i>Ilícito administrativo tributário</i>	499
3.	<i>Ilícito penal tributário</i>	
3.1	<i>Precedentes</i>	500
3.2	<i>Crimes contra a ordem tributária</i>	
3.2.1	<i>Os tipos e as penas</i>	501
3.2.2	<i>Interpretação benigna</i>	502
3.3	<i>Apropriação indébita</i>	
3.3.1	<i>Precedentes</i>	503
3.3.2	<i>Não recolhimento de tributo</i>	504
3.3.3	<i>Tipo novo e prisão por dívida</i>	506
3.3.4	<i>Contribuição previdenciária e sistema de informações</i>	507
3.3.5	<i>Inexigibilidade de outra conduta</i>	507
4.	<i>Sanção administrativa e sanção penal</i>	508
5.	<i>A questão da responsabilidade penal</i>	509
6.	<i>Sanções pessoais e patrimoniais</i>	510
7.	<i>Solução adequada</i>	510
8.	<i>Sanções políticas</i>	511
9.	<i>Extinção da punibilidade pelo pagamento</i>	
9.1	<i>No âmbito penal</i>	513
9.2	<i>No âmbito administrativo</i>	514
10.	<i>Exclusão da punibilidade</i>	514
11.	<i>Prévio exaurimento da via administrativa</i>	515
12.	<i>Crime de supressão ou redução de tributo e imunidade</i>	
12.1	<i>Elemento essencial do tipo</i>	517
12.2	<i>Fatos relativos a entidade imune</i>	518
13.	<i>Crimes contra a ordem tributária e interpretação da lei tributária</i>	518
	<i>Bibliografia</i>	519
	<i>Índice alfabético</i>	543